

Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparada¹

Sam Halvorsen

Queen Mary University of London (QMUL) – Londres, Inglaterra.

e-mail: s.halvorsen@qmul.ac.uk

Bernardo Mançano Fernandes

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

e-mail: mancano.fernandes@unesp.br

Fernanda Valeria Torres

Universidad Nacional de La Plata (UNLP) – La Plata, Argentina

e-mail: ftorres@fahce.unlp.edu.ar

Resumo

Por que o espaço e o território são importantes para os movimentos sociais e como eles os produzem? Apesar da sempre aparente centralidade do espaço e do território, mediado e apropriado pelos movimentos sociais em todo o mundo (por exemplo: acampamentos, protestos, ocupações de terra, resistências indígenas, ocupações de terrenos e edifícios em áreas urbanas, organização de bairro e lutas por questões ambientais, pela educação, saúde, alimentos e outras políticas públicas, ativismos de mulheres, LGBTQIA+, feministas, estudantes, etc.), tem havido uma surpreendente falta de atenção a esta questão por estudiosos e estudiosas de várias áreas do conhecimento, por exemplo, geógrafos anglófonos. Este artigo avança na reflexão sobre as ações dos movimentos socioterritoriais como uma categoria analítica que tem como objetivo central analisar a mediação do espaço e apropriação do território. Contrastamos os conceitos de movimento socioterritorial, movimento social e movimento socioespacial em quatro eixos de análise. Primeiro, como o espaço e o território são produzidos como estratégia central para a realização dos objetivos de um movimento. Em segundo lugar, o espaço e o território produzem as identidades dos movimentos, em suas ações, gerando novas subjetividades políticas. Terceiro, espaço e território são lugares de socialização política que produzem novos valores e mudam conjunturas. Quarto, por meio de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, os movimentos podem criar novas instituições. Esses eixos são posteriormente elaborados por meio da análise comparativa de dois estudos de caso: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento camponês organizado em todas as regiões do Brasil, e a Organização de Bairro Tupac Amaru, um movimento urbano do noroeste da Argentina. A comparação é feita como um modo expansivo de análise para abrir o conceito de movimento socioterritorial e indicar potenciais linhas de investigação para estudos.

Palavras-chave: Argentina; Brasil; movimentos sociais; movimentos socioterritoriais; território.

Socioterritorial Movements in Comparative Perspective

Abstract

¹ Este artigo é uma versão modificada do artigo Halvorsen, Sam. Fernandes, Bernardo Mançano. Torres, Fernanda Valeria. 2019. Mobilizing Territory: Socioterritorial Movements in Comparative Perspective. *Annals of the Association of American Geographers*, 109 (5): 1454-1470.

Why are space and territory important to social movements and how do they produce them? Despite the always apparent centrality of space and territory, mediated and appropriated by social movements around the world (for example: camps, protests, land occupations, indigenous resistance, occupations of land and buildings in urban areas, neighborhood organization and struggles for environmental issues, for education, health, food and other public policies, women's activism, LGBTQIA+, feminists, students, etc.), there has been a surprising lack of attention to this issue by scholars from various fields of knowledge, for example, English-speaking geographers. This article advances the reflection on the actions of socio-territorial movements as an analytical category whose central objective is to analyze the mediation of space and appropriation of territory. We contrasted the concepts of socio-territorial movement, social movement and socio-spatial movement in four axes of analysis. First, how space and territory are produced as a central strategy for the achievement of a movement's objectives. Second, space and territory produce the identities of movements, in their actions, generating new political subjectivities. Third, space and territory are places of political socialization that produce new values and change circumstances. Fourth, through processes of territorialization, deterritorialization and reterritorialization, movements can create new institutions. These axes are subsequently elaborated through the comparative analysis of two case studies: the Movement of Landless Rural Workers, a peasant movement organized in all regions of Brazil, and the Tupac Amaru Neighborhood Organization, an urban movement in northwestern Argentina. The comparison is made as an expansive way of analysis to open up the concept of socio-territorial movement and indicate potential lines of investigation for studies.

Keywords: Argentina; Brazil; social movements; socio-territorial movements; territory.

Movimientos socioterritoriales en perspectiva comparada

Resumen

¿Por qué el espacio y el territorio son importantes para los movimientos sociales y cómo los producen? A pesar de la siempre aparente centralidad del espacio y el territorio, mediado y apropiado por movimientos sociales alrededor del mundo (por ejemplo: campamentos, protestas, ocupaciones de tierras, resistencia indígena, ocupaciones de tierras y edificios en áreas urbanas, organización de vecindarios y luchas por temas ambientales, por educación, salud, alimentación y otras políticas públicas, activismo de mujeres, LGBTQIA +, feministas, estudiantes, etc.), ha habido una sorprendente falta de atención a este tema por parte de académicos de diversos campos del conocimiento, por ejemplo, geógrafos anglófonos. Este artículo avanza la reflexión sobre las acciones de los movimientos socioterritoriales como una categoría analítica cuyo objetivo central es analizar la mediación del espacio y la apropiación del territorio. Contrastamos los conceptos de movimiento socioterritorial, movimiento social y movimiento socioespacial en cuatro ejes de análisis. Primero, cómo se producen el espacio y el territorio como estrategia central para el logro de los objetivos de un movimiento. En segundo lugar, el espacio y el territorio producen las identidades de los movimientos, en sus acciones, generando nuevas subjetividades políticas. En tercer lugar, el espacio y el territorio son lugares de socialización política que producen nuevos valores y cambian las circunstancias. Cuarto, a través de procesos de territorialización, desterritorialización y reterritorialización, los movimientos pueden crear nuevas instituciones. Estos ejes se elaboran posteriormente a través del análisis comparativo de dos estudios de caso: el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra, un movimiento campesino organizado en todas las regiones de Brasil, y la Organización Vecinal Túpac Amaru, un

movimiento urbano en el noroeste de Argentina. La comparación se realiza como una forma expansiva de análisis para abrir el concepto de movimiento socioterritorial e indicar posibles líneas de investigación para estudios.

Palabras clave: Argentina; Brasil; movimientos sociales; movimientos socio-territoriales; territorio.

Introdução

Por que o espaço e o território são importantes para os movimentos sociais e como eles os produzem? Apesar da sempre aparente centralidade do espaço e do território - mediado e apropriado pelos movimentos sociais em todo o mundo (por exemplo: acampamentos de protestos, ocupações de terra, resistências indígenas, ocupações de terrenos e edifícios em áreas urbanas, organização de bairro e lutas por questões ambientais, pela educação, saúde, alimentos e outras políticas públicas, ativismos de mulheres, LGBTQIA+, feministas, estudantes, etc.), tem havido uma surpreendente falta de atenção a esta questão por estudiosos e estudiosas de várias áreas do conhecimento, por exemplo, geógrafos anglófonos em comparação com a extensa literatura sobre política contenciosa e lugar, escala e redes (MILLER, 2000; NICHOLLS, 2009; ROUTLEDGE & CUMBERS, 2009; NICHOLLS et al., 2013). Só recentemente os estudiosos anglófonos começaram a considerar porque as práticas de territorialização e disputas sobre territorialidade são significativas para os movimentos sociais (ESCOBAR, 2008; INCE, 2012; AGNEW & OSLENDER, 2013; ROUTLEDGE, 2015; HALVORSEN, 2017), em parte inspirado nas literaturas latino-americanas onde o território tem sido por muito tempo central para a teoria e prática política. Este artigo avança em relação às intervenções recentes, sugerindo um quadro conceitual para analisar os movimentos sociais através das lentes do território, apresentando aos leitores anglófonos e desenvolvendo ainda mais a noção de movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005).

Os movimentos socioterritoriais têm o território como sua característica definidora, sua razão de ser, sem a qual eles não existiriam (FERNANDES, 2005). Neste quadro, o território é um processo dinâmico e relacional que se compreende para além das formas modernas e das relações de poder do Estado soberano (cf. ELDEN 2013). Fernandes (2005), em linha com outros estudiosos latino-americanos contemporâneos (por exemplo, Souza, 1995; Haesbaert, 2004; Schneider e Peyr e Tartaruga, 2006; Manzanal, 2007), baseia-se em um conjunto heterodoxo de teóricos, incluindo Raffestin (1980), Lefebvre (1991) e Santos (1994; 1996) para definir território como “espaço apropriado por determinada relação social que o produz e o mantém por meio de relações de poder” (FERNANDES, 2005, p.27). O território é multidimensional e multiescalar,

contendo espaço material e imaterial e diversas “intencionalidades” que podem produzir contradição, solidariedade e conflitualidade (FERNANDES 2005; 2009). Os movimentos socioterritoriais surgem por meio de tentativas de se apropriar do espaço - por meio de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) - na realização de objetivos estratégicos de existência. O território apropriado (por exemplo, ocupação de terras no campo e de terrenos na cidade) é, por sua vez, objeto de disputa de movimentos que buscam conquistar uma fração do território disputando contra os projetos hegemônicos de corporações capitalistas com apoio do Estado.

O artigo desenvolve um processo de análise de movimentos socioterritoriais, que é então colocado em prática na análise comparativa de dois casos proeminentes da América Latina. A comparação é introduzida aqui como um modo de análise aberto e expansivo (ROBINSON 2016; HART 2018) que nos permite contribuir com a elaboração do conceito de movimento socioterritorial a partir de mais de um ponto de vista histórico e geográfico. Em particular, os estudos de caso foram escolhidos para representar dois exemplos emblemáticos de movimentos socioterritoriais latino-americanos. O primeiro caso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, um movimento de base camponesa que tem mobilizado a ocupação da terra como meio de existência e geração de demandas políticas em relação a múltiplas questões, para os quais o acesso à terra e a reforma agrária são centrais. O segundo caso, a Organización Barrial Tupac Amaru (OBTA, ou Organização de Bairro Tupac Amaru), é um movimento urbano do noroeste da Argentina que tem buscado se apropriar do espaço urbano como meio de existência para a população pobre e para gerar novos valores e subjetividades políticas (particularmente por meio da liderança de mulheres indígenas) na esteira da desindustrialização e da devastação causada pelas reformas neoliberais. Juntos, esses estudos de caso representam muitas das principais características dos movimentos socioterritoriais na América Latina (HALVORSEN, 2018; SILVA & ROSSI, 2018). Eles também exemplificam uma abordagem socioterritorial para analisar os movimentos que pode contribuir com acadêmicos de fora da América Latina.

A principal contribuição do artigo é propor um quadro analítico para os movimentos socioterritoriais com base em quatro eixos. Esses eixos foram escolhidos tanto a partir de nossas análises dos dois estudos de caso quanto por meio de nossa leitura de literaturas e debates em torno dos movimentos socioterritoriais na América Latina. Deve-se ressaltar que outros eixos poderiam ter sido escolhidos e que esses eixos são sobrepostos e relacionais. No entanto, eles cobrem as características centrais dos movimentos socioterritoriais que esperaríamos ver

replicados em outro lugar. Primeiro, o território é mobilizado como uma estratégia para realizar os objetivos dos movimentos. Embora muitos movimentos sociais se apropriem do espaço como meio de luta (por exemplo, uma manifestação de ativistas de direitos humanos), para os movimentos socioterritoriais o território é o objeto central de sua luta e é a chave de seus objetivos e metas. Em segundo lugar, o território forma a identidade dos movimentos socioterritoriais, gerando novas subjetividades políticas no curso da mobilização. Terceiro, o território é um local de socialização política que permite que os movimentos gerem novos encontros e valores, resultados materiais e imateriais importantes da mobilização. Quarto, por meio de processos de TDR, os movimentos socioterritoriais institucionalizam suas práticas e infraestruturas, ao mesmo tempo que negociam com outros projetos territoriais, em particular com o Estado.

A seguir aprofundamos nossa reflexão sobre movimentos socioterritoriais, contrastando-a com os conceitos de movimentos sociais e movimentos socioespaciais e delineando quatro eixos para análise comparativa, antes de examinar os dois estudos de caso. Concluindo, revisitamos o conceito de Fernandes (2005), discutimos as oportunidades e dilemas da institucionalização dos movimentos socioterritoriais e convidamos para outros trabalhos comparativos para espacializar e territorializar as análises e os debates.

Movimentos socioterritoriais

Apesar do crescente interesse pelas espacialidades das ações dos movimentos, tem havido uma falta de atenção ao território de movimentos sociais na geografia anglófona. O trabalho pioneiro de estudiosos como Routledge e Miller argumentou que uma análise espacial é crucial para compreender como e por quê os movimentos sociais se mobilizam, destacando a importância do lugar para contextualizar as lutas (ROUTLEDGE, 1993) e o papel da escala em responder estrategicamente e criar oportunidades políticas (MILLER, 2000). Trabalhos posteriores enfatizaram como as redes articulam e moldam as reivindicações e identidades dos movimentos (NICHOLLS, 2009), permitindo que a solidariedade e a coordenação sejam forjadas através da distância geográfica (FEATHERSTONE, 2008; ROUTLEDGE & CUMBERS, 2009). A geografia anglófona agora contém análises sofisticadas de “como o espaço desempenha um papel constituinte na mobilização do movimento social” (NICHOLLS et al. 2013, p. 8; ver também ROUTLEDGE, 2017). A importância do território está apenas começando a receber atenção, apesar das pesquisas anteriores sobre comunidades territoriais urbanas e ativismo (CASTELLS, 1983; COX, 1989; STEINBERG, 1994). Acadêmicos anglófonos consideraram recentemente como as práticas de territorialização permitem o desenvolvimento de novas relações sociais

(INCE, 2012), proporcionando momentos estratégicos de contenção e solidariedade translocal (ROUTLEDGE, 2015). Também há um interesse crescente na América Latina, onde as ideias e práticas dos territórios têm recebido atenção constante (ESCOBAR, 2008; GARMANY, 2008; BRYAN, 2012; HESKETH, 2013; SCHWARZ & STREULE, 2016; SANDOVAL et al. 2017; CLARE et al. 2018; HALVORSEN, 2018). Nesse contexto, propomos a noção de movimento socioterritorial como uma categoria analítica útil para estudiosos anglófonos, bem como para todas as pessoas que trabalham com movimentos e comunidades.

O conceito de movimento socioterritorial criado pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes por meio de sua relação de longa data com o MST (ver FERNANDES, 2000a; 2000b; 2005; FERNANDES & MARTIN, 2004). Com base em pensadores latino-americanos e europeus (por exemplo, Harvey, Lefebvre, Raffestin, Santos, Soja), Fernandes defendeu a inseparabilidade do espaço e dos movimentos sociais, reconceitualizando-os como “movimentos socioespaciais” (FERNANDES 2000b). Embora todos os movimentos sociais, como qualquer fenômeno social, sejam necessariamente constituídos no e através do espaço, em certos casos a produção do território torna-se um objetivo central e uma característica definidora. Território é aqui entendido como a apropriação do espaço por relações sociais que o produzem e o mantêm na construção de projetos de desenvolvimento (FERNANDES, 2000b), definição comum nas literaturas latino-americanas que remontam a Raffestin (1980). Essa compreensão do território é mais expansiva do que nas literaturas anglófonas, que tendem a enfatizar as experiências modernas do estado eurocêntrico e seu poder soberano (cf. ELDEN, 2013). O território é um local dinâmico de conflito e confronto entre projetos políticos concorrentes que utilizam práticas do TDR para alcançar os seus objetivos, assumindo formas materiais e imateriais (FERNANDES, 2000a; 2000b). Os movimentos socioterritoriais não são apenas produzidos por ocupações de terra, mas incluem qualquer tentativa de apropriação e controle do espaço com o objetivo de promover um projeto político. Como afirmou Fernandes (2005):

Os movimentos socioterritoriais constroem espaços políticos para alcançar seus objetivos, se espacializam e transformam o espaço em território, de modo que a grande maioria dos movimentos socioterritoriais se forma por processos de territorialização e reterritorialização (FERNANDES, 2005, p. 24).

Com base nessa definição, argumentamos que os movimentos socioterritoriais representam uma categoria qualitativamente diferente daqueles dos movimentos sociais ou movimentos socioespaciais. Como os geógrafos bem identificaram, todos os movimentos sociais se mobilizam no e através do espaço e suas relações sociais necessariamente assumem formas espaciais (MILLER, 2000; ROUTLEDGE, 2017). Como tal, uma série de críticas e modificações importantes nas teorias dos movimentos sociais foram elaboradas que destacam como

categorias-chave como mobilização de recursos, identidade e enquadramento podem ser estendidas levando-se em consideração suas dimensões espaciais (MILLER & MARTIN, 2000; MARTIN, 2003; NICHOLLS, 2009). Nessa medida, todos os movimentos sociais podem ser analisados como movimentos socioespaciais (FERNANDES 2000b). Porém, nem todos os movimentos sociais que se apropriam do espaço tem como objeto central se apropriar para desenvolver seus projetos políticos. Eles podem gerar identidades e laços fortes no lugar e podem ter como alvo detentores de poder em várias escalas, mas o território costuma ser secundário em relação aos objetivos ou metas dos movimentos. Movimentos de lésbicas, gays, transgêneros e bissexuais, dentre outros (LGTBQIA+) ou de direitos humanos, por exemplo, podem ter como objetivo principal a emancipação e empoderamento de grupos sociais marginalizados ou a prevenção contra abusos aos direitos humanos, por sua vez, contribuindo com sociedades socioespacialmente justas e inclusivas. Para os movimentos socioterritoriais, a transformação das relações socioespaciais por meio da apropriação do espaço é o objetivo central de sua mobilização e o território, neste sentido, define sua razão de ser. Embora todos os movimentos socioterritoriais sejam movimentos socioespaciais, nem todos os movimentos socioespaciais são movimentos socioterritoriais.

Para desenvolver ainda mais este conceito, propomos quatro eixos de análise para movimentos socioterritoriais que surgiram como temas comuns em nossos estudos de caso. Seguindo Fernandes (2005), entendemos o movimento socioterritorial como uma categoria multidimensional e relacional, e os quatro eixos estão fortemente inter-relacionados e longe de esgotarem todos os eixos possíveis. Para maior especificidade, fornecemos uma matriz que exemplifica algumas diferenças-chave entre as categorias analíticas de movimentos sociais, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais nos quatro eixos de nossa análise (ver Figura 1). Incluímos setas para destacar a natureza cumulativa dessas categorias analíticas. Em vez de ser contraposto, argumentamos que as referências das análises dos movimentos sociais informam as das análises dos movimentos socioespaciais, que também informam as das análises dos movimentos socioterritoriais. A matriz deve, portanto, ser lida movendo-se ao longo dos eixos (representados em linhas) da esquerda para a direita. Embora as categorias (representadas em colunas) possam informar-se mutuamente em ambas as direções, em particular a do movimento social e do movimento socioespacial, que podem ser facilmente trocadas, argumentamos que o movimento socioterritorial fornece uma categoria mais específica que deve ser analisada com base na relação acumulada de todos os conceitos gerados em cada linha. Este esquema pretende ser um ponto de partida, um caminho para o conceito de movimento socioterritorial que argumentamos ter singularidade conceitual suficiente para merecer maior atenção. Vamos

considerar os quatro eixos da matriz com mais detalhes, por sua vez, considerando algumas diferenças entre as análises de movimento social, movimento socioespacial e movimento socioterritorial.

Figura 1: Matriz de análise dos movimentos sociais, socioespaciais e socioterritoriais

Ações	Movimentos sociais	Movimentos socioespaciais	Movimentos socioterritoriais
Estratégia	Reivindicações, mobilização, pauta política, projeto...	Espaços, corpos, lugares, ideias, infraestrutura, equipamentos, recursos, tecnologias, redes...	Territórios, lugares, recursos naturais, propriedades, terra, moradia, água, floresta...
Identidade	Identidade coletiva, gênero, classe, mudança social...	Identidade espacial, senso de lugar, corpos, mudança socioespacial...	Identidade territorial, multiescalaridade, transformação do território...
Socialização política	Relações de poder, negociação, conflitos...	Criação e produção do espaço, mediação, espacialidades, diversidades...	Criação e produção de territórios, encontros, modos de produção, apropriação, multidimensionalidade, valores formados no desenvolvimento do território...
institucionalização	Formas de organização, autonomia versus cooptação...	Escalas (vertical) e redes (horizontal), articulação de movimentos...	Territorialização, desterritorialização, reterritorialização, multiterritorialidades...

Em primeiro lugar, o território é central para as estratégias dos movimentos socioterritoriais. Os estudos de movimentos sociais geraram várias teorias para explicar as estratégias de movimento, das quais a mobilização de recursos e a estrutura de oportunidades políticas permanecem proeminentes (ver TARROW, 1998; MCADAM et al., 2001). Essas teorias explicam como os movimentos sociais se mobilizam em resposta à disponibilidade interna de recursos (por exemplo, finanças, ativistas) e as oportunidades institucionais externas que podem encorajar ou desencorajar ações contenciosas. Uma abordagem de movimento socioespacial amplia esse entendimento ao enfatizar como as formas de pressão revelam as conflitualidades em relação aos detentores do poder, através de suas espacialidades. Isso foi elaborado por meio de conceitos como enquadramento de lugar (MARTIN, 2003), salto de escala (GLASSMAN, 2002) e rede (JURIS, 2008; ROUTLEDGE AND CUMBERS, 2009). Os movimentos socioterritoriais

também se engajam com múltiplas “especialidades das conflitualidades ou de contenção” (LEITNER ET AL., 2008; NICHOLLS ET AL., 2013), mas têm como objetivo central a apropriação do espaço para garantir sua existência e defesa de seu projeto político. Território é mais do que o “terreno de resistência” (ROUTLEDGE, 1993) por meio do qual ativistas se mobilizam para alavancar suas demandas sobre os detentores do poder, e também excede o projeto de soberania vinculado ao Estado moderno (ELDEN, 2013; NICHOLLS ET AL., 2013). Território é aquele espaço apropriado por meio das ideias e práticas de qualquer ator em busca de seu projeto político (RAFFESTIN, 1980). Embora eles necessariamente se envolvam com territórios controlados pelo poder dominante, os movimentos socioterritoriais são principalmente orientados para a transformação das relações socioespaciais por meio do controle político e da apropriação de um espaço demarcado.

Em segundo lugar, os movimentos socioterritoriais desenvolvem suas identidades na produção do território. Teorias de novos movimentos sociais identificaram a centralidade da identidade coletiva na formação de movimentos sociais, particularmente no contexto de uma sociedade pós-industrial em que as clivagens estão localizadas em vários eixos de identidade (por exemplo, gênero, raça, meio ambiente, sexualidade (MELUCCI, 1980). Na busca de seus objetivos, as identidades dos movimentos sociais são, por sua vez, moldadas por sua luta pela mudança social (MCADAM ET AL., 2001). Geógrafos destacaram como a política de identidade é influenciada pela política de lugar e que a identidade, por sua vez, está ligada à mudança socioespacial (KEITH & PILE, 1993). O senso de lugar que informa a identidade não é necessariamente introspectivo ou paroquial, mas pode se estender por diferenças geográficas e históricas (MASSEY, 1991; FEATHERSTONE, 2008). Embora os movimentos socioterritoriais também sejam moldados por um sentido relacional de lugar, a identidade dos ativistas é principalmente transformada por meio da construção do território, na medida em que os ativistas frequentemente optam por se identificar explicitamente em relação a um território apropriado. Por sua vez, as novas identidades produzidas e enraizadas na apropriação do território podem gerar novas subjetividades políticas que antes lutavam para se articular em torno de uma forma de organização comum.

Terceiro, a socialização política dos movimentos socioterritoriais forma novos encontros e valores no curso da mobilização do território. As teorias do movimento social enfatizaram a importância dos processos de “enquadramento” para moldar os entendimentos políticos compartilhados sobre o que acontece no curso da mobilização (MCADAM ET AL., 2001). Mais recentemente, estudiosos destacaram a importância da emoção e do afeto para a criação de vínculos e comunidades políticas nos movimentos sociais (GOODWIN ET AL. 2001; JURIS,

2008). Os geógrafos elaboraram ainda mais como o processo de criação e produção de espaços de contenção pode determinar como e quando as relações sociais são construídas ou destruídas (Nicholls et al., 2013). Por exemplo, Nicholls (2009) demonstrou como qualidades particulares de um lugar urbano podem levar à formação de relações de vínculo fortes (inseridas em localidades), bem como relações de vínculos fracos (estendidas ou em rede). Essas relações espaciais estruturam a socialização política dos movimentos sociais, por meio da qual valores e normas comuns são desenvolvidos. Os movimentos socioterritoriais geram contextos particularmente intensivos para a socialização política. A materialidade do espaço apropriado fornece um território demarcado para a geração de novos encontros, que também podem gerar locais de ativismos altamente afetivos e performativos (JURIS, 2008; ROUTLEDGE, 2015)., A socialização política produzida na apropriação do território também pode ser geradora de novos valores políticos (por exemplo, solidariedade, cooperação, liderança insurgente) que fornecem resultados materiais e imateriais importantes para os movimentos socioterritoriais.

Por fim, os movimentos socioterritoriais criam novas instituições no processo de territorialização das práticas e infraestruturas de seus projetos políticos, o que pode implicar momentos subsequentes de desterritorialização e reterritorialização à medida que as conflitualidades levam à negociação e disputa com projetos territoriais sobrepostos, particularmente com o Estado (ULLOA, 2011; AGNEW & OSLENDER, 2013). Os estudos de movimentos sociais examinaram a consolidação de formas organizacionais específicas (por exemplo, estruturas hierárquicas ou conectivas) (TARROW, 1998) e há muito debate sobre estratégias de relacionamento com instituições externas (ver GOODWIN & JASPER, 2009) e constituição de suas próprias formas institucionais (por exemplo, partidos políticos) (ver DELLA PORTA et al., 2017). Os debates sobre a institucionalização de movimentos sociais têm sido frequentemente lidos em termos de tensões entre autonomia e cooptação com estruturas dominantes como o estado (HOLLOWAY, 2002; HARDT & NEGRI, 2004). Os geógrafos ampliaram essas análises explorando a constituição espacial dos movimentos sociais, particularmente com referência à interseção de suas estruturas organizacionais escalares (frequentemente implícitas como verticais) e em rede (frequentemente implícitas como horizontais) (ver ROUTLEDGE, 2003; ROUTLEDGE AND CUMBERS, 2009) As leituras socioespaciais, portanto, destacam as múltiplas espacialidades em jogo na institucionalização dos movimentos sociais e em suas relações com o estado (JURIS, 2008; NICHOLLS ET AL., 2013; ROUTLEDGE, 2017). Movimentos socioterritoriais se institucionalizam por meio de práticas de TDR, construídas nas espacialidades das conflitualidades. A territorialização dos movimentos pode, por si só, fornecer os recursos, habilidades e conhecimentos necessários para sustentar

uma forma de organização alternativa (INCE, 2012; ROUTLEDGE, 2015). Isso pode implicar na desterritorialização de estruturas institucionais preexistentes (por exemplo, ocupação e desapropriação de latifúndios). Com o tempo, os movimentos socioterritoriais podem ser compelidos - por meio de fatores de pressão de baixo para cima e de fatores de atração de cima para baixo - a se reterritorializar (ROSSI, 2017). Alternativamente, eles podem se esforçar para desterritorializar constantemente os projetos territoriais dominantes vinculados ao Estado e ao capital (ZIBECHI, 2010, 2012; DINERSTEIN, 2015; ROUTLEDGE, 2015) e manter suas próprias “geografias autônomas” (CHATTERTON, 2005). A institucionalização, portanto, apresenta oportunidades e dilemas contínuos para os movimentos socioterritoriais.

A seguir, aplicamos os quatro eixos analíticos aos nossos dois estudos de caso que fornecem exemplos emblemáticos de movimentos socioterritoriais rurais e urbanos na América Latina. Primeiramente, examinamos o MST, que surgiu em 1979, rapidamente se territorializando pelo Brasil durante a década de 1980 e se tornando o protagonista central nas lutas pela reforma agrária e pelo acesso à terra. A análise apresentada aqui se baseia em mais de três décadas de trabalho de campo, incluindo entrevistas com membros do Movimento. Em segundo lugar, examinamos a Organização de Bairro Tupac Amaru que cresceu rapidamente entre 2003 e 2015 (os anos do governo Kirchner de centro-esquerda) na província argentina de Jujuy, onde construiu milhares de projetos habitacionais cooperativos e autoconstruídos por meio de programas públicos estaduais, gerando espaço de vida e respostas para problemas cotidianos (por exemplo, saúde, educação, cultura, esporte, trabalho). A análise é baseada no trabalho de campo realizado em San Salvador de Jujuy entre 2014 e 2016, incluindo vinte e cinco entrevistas individuais e em grupo e observação participante de diversas atividades.

Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

O MST é um dos exemplos mais claros de um movimento socioterritorial para o qual a apropriação do espaço é central em sua estratégia de conquista e transformação de frações de territórios em todo o Brasil e, além de apoiar e estimular novas mobilizações pelo mundo, por meio de articulações transnacionais. Seu objetivo central tem sido a luta pela reforma agrária em um país com uma das maiores taxas de concentração fundiária do mundo, com o coeficiente de Gini de 2014 para concentração de 0,860 (GIRARDI et al., 2017). Entre 1988 e 2016, cerca de 1.342.430 famílias participaram de ocupações de terra no Brasil, das quais aproximadamente 84% foram formalmente assentadas em uma área de 82.159.838ha (GIRARDI et al., 2017).

Embora não seja o único movimento socioterritorial ativo, o MST tem sido o protagonista central dessa história. Entre 2000 e 2016 um relatório da DATALUTA registrou 138 movimentos de luta pela terra, mobilizando 828.326 famílias ou mais de 3 milhões de pessoas, das quais 64 por cento estavam organizadas no MST (GIRARDI et al., 2017). Nesse mesmo período, 7.049.073 pessoas participaram de protestos, como passeatas, bloqueios de rodovias, ocupação de prédios públicos e acampamentos de protesto, sobre temas relacionados à luta pela terra e reforma agrária (por exemplo: crédito agrícola e infraestrutura educacional) (GIRARDI et al., 2017). Ao transformar as relações socioespaciais em ocupações de terra, o MST tem pressionado o Estado a transformar a situação agrária em todo o país, lutando simultaneamente pela transformação do território brasileiro.

A luta pela terra empreendida por movimentos socioterritoriais como o MST pode ser entendida como uma forma de política pública de base. As ações são desenvolvidas por meio do planejamento, estratégias e recursos de famílias de baixa renda, excluídas da terra e do trabalho, que buscam transformar suas realidades. Através das ocupações estratégicas de terra centenas de milhares de famílias conquistaram frações de territórios, obrigando o Estado a responder com a criação de assentamentos nos quais as famílias produzem alimentos, fibras e energia. Estes assentamentos formaram a espinha dorsal da reforma agrária no Brasil e foram impulsionados pela mobilização de movimentos socioterritoriais como o MST. Ao mesmo tempo, a força do movimento apresenta desafios. Todo processo de territorialização envolve um processo de desterritorialização e ocupando os territórios de latifundiários e corporações para reivindicar terras e moradias, famílias foram perseguidas e muitos líderes de movimentos presos ou assassinados por pistoleiros a mando de latifundiários e/ou corporações. Os movimentos socioterritoriais têm uma capacidade de representação que pode gerar inspiração e solidariedade, bem como forte perseguição de sujeitos políticos cujos projetos foram desterritorializados por meio de suas mobilizações. O MST é um movimento socioterritorial altamente dinâmico que evoluiu em diferentes fases históricas, que podemos analisar em nossos quatro eixos.

Em primeiro lugar, a ocupação e a luta pela terra tem sido uma estratégia central das famílias camponesas que reivindicam a reforma agrária no Brasil, sendo as frações do território o objeto central da contenção ou conflitualidade. O MST formalmente fundou-se em 1984 e tem suas raízes nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul, onde milhares de famílias se apropriaram do espaço e passaram a transformar a questão agrária brasileira. A luta pela terra centra-se na estratégia de reivindicação e conquista de uma fracção de território em que se reproduzem as condições básicas de existência do campesinato.

No decorrer da mobilização, as lutas do MST pela terra foram territorializadas em vários estados do Brasil (FERNANDES 2000a; WOLFORD 2004, 2010). À medida que as famílias conquistaram com sucesso frações de território, criaram espaços de socialização política nos quais organizaram novas famílias para ocupações de terra, multiplicando assim os espaços de luta e resistência em outros territórios camponeses. Por meio de ocupações de terras em movimento, o MST se consolidou e se territorializou em dez estados brasileiros na década de 1990. Com o tempo, o MST desenvolveu vasta experiência em territorializar a luta pela terra, criando novos espaços de socialização política para os camponeses sem-terra por meio de ocupações onde as famílias mobilizaram territórios para gerar apoio na sociedade brasileira e pressionar o governo a responder. Essa estratégia territorial está mobilizada desde o seu nascimento e continua sendo a principal forma de luta pelo acesso à terra e pela reforma agrária. A conquista de terras inicia-se com a territorialização do MST e esta é a razão de sua existência.

Em segundo lugar, o MST desenvolveu sua identidade explicitamente em relação à falta de terra das famílias e sua estratégia de ocupação e conquista de frações de território. O ato de se apropriar politicamente do espaço, convertendo a terra em território camponês e, em seguida, territorializando-se pelo Brasil é o que define o movimento desde seu início (FERNANDES E STEDILE 1999). É também o que tem permitido a existência e a reprodução do modo de vida camponês. Cortar a cerca passou a ser a imagem que representou sua história, pois cada cerca cortada tinha o potencial de se tornar um território conquistado (BRADFORD E ROCHA 2002). A ocupação da terra gera novas subjetividades nascidas do espaço-tempo de luta. No decorrer da mobilização, as ocupações de terras são muitas vezes acompanhadas de ocupações de prédios públicos e também de manifestações de rua, sendo estas últimas particularmente importantes para gerar uma imagem global do MST e fazer parte da mística do movimento, que são atos coletivos ou rituais através do qual o senso comum e a identidade são forjados. A transformação da realidade só é possível com a criação de novos espaços nos quais as pessoas se encontram e concretizam seus objetivos.

A identidade territorial é gerada no fazer-se da territorialidade de uma comunidade que tem como característica central a comunhão produzida pelo território compartilhado em que seus membros vivem. Inevitavelmente, existem identidades territoriais que produzem diversas e múltiplas territorialidades, o que Haesbaert (2004) resumiu como multiterritorialidade, contida no MST. Três identidades territoriais sobrepostas, mas distintas, construídas no curso da mobilização do território, podem incluir as dos movimentos indígenas, camponeses e sem-terra, três movimentos socioterritoriais importantes presentes na América Latina e além (ver HALVORSEN 2018). A identidade de um movimento socioterritorial é construída por meio de sua

prática de conquista do território e na luta para continuar vivendo no território ocupado, na medida em que sua identidade pode ser indistinguível do próprio território. A produção de alimentos, música, literatura e outras práticas culturais ocorre no território, por sua vez criando e recriando relações socioterritoriais. Em outras palavras, territórios produzem identidades, que por sua vez reproduzem territórios.

Terceiro, o MST organiza as ocupações de terra como espaços de socialização política (FERNANDES, 2000a). As famílias tipicamente partem da criação de um espaço comunicativo, onde se encontram e se identificam como camponesas em situação de pobreza, expropriados pela territorialização da agricultura capitalista. Esses encontros logo desenvolvem conhecimentos sobre suas trajetórias e geram a consciência da necessidade de mudar seu curso de vida. As ocupações também criam espaços interativos que aprofundam a compreensão das famílias sobre suas realidades e permitem que tomem decisões como protagonistas de sua própria história, formando a base para a criação de territórios de luta e resistência. Há uma mudança qualitativa à medida que as famílias começam a olhar para fora e tornar pública a luta que estão construindo, conquistando e produzindo mais territórios. Famílias camponesas, antes expropriadas e desterritorializadas por latifundiários ou corporações, agora estão organizadas em um movimento socioterritorial, ocupando frações dos territórios da classe proprietária e capitalista, desafiando a desigualdade e transformando suas realidades (CARTER, 2015).

Para muitas famílias, as práticas de socialização política são anteriores às ocupações e desdobram-se em vários outros espaços de organização política, incluindo, por exemplo, sindicatos rurais ou comunidades eclesiais de base (cristãs) (FERNANDES E STEDILE, 1999). Um elemento crucial para a socialização política é o vínculo afetivo e emocional gerado entre as famílias. Embora as práticas de ocupação possam ser experiências altamente carregadas e afetivas que inspiram ativistas (JURIS, 2008), para o MST uma emoção crucial é a do medo e a necessidade de superá-lo pela socialização política. Na esteira dos movimentos das praças de 2011 (Occupy, Indignados, etc.), Castells (2012) notou como o momento de aproximação nas ocupações foi crucial para a superação do medo que os indivíduos muitas vezes enfrentam ao cruzar a linha para o ativismo do movimento social. Na luta pela terra é importante que as famílias discutam e compartilhem o medo de participar de ocupações para tomarem suas decisões na participação na luta; nesse sentido, esta socialização política desempenha um papel crucial, não apenas na logística organizacional, mas também na apresentação pública das ideias e dos fundamentos da ocupação, ajudando as famílias a superar suas apreensões iniciais (FERNANDES E STEDILE, 1999). A socialização política é um processo contínuo de produção

espacial que se inicia antes da ocupação da terra e se intensifica e continua a evoluir através dos territórios ocupados.

Quarto, a história do MST não pode ser entendida sem referência às suas estratégias de institucionalização. Em primeiro lugar, o MST se institucionalizou territorializando as práticas e infraestruturas necessárias à sustentação do movimento. Seu crescimento exigiu uma estrutura organizacional em escala nacional para lidar com várias questões, como produção agrícola, infraestrutura, educação, saúde, comércio, indústria, tecnologia e assim por diante. Como acontece com outros movimentos socioterritoriais, o MST criou suas próprias instituições (por exemplo, centros de pesquisa, escolas, lojas cooperativas, etc.) para se reproduzir no espaço e no tempo. Ao fazer isso, o MST passou a atuar em múltiplas dimensões (sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais) do território. Ao mesmo tempo, ampliou e internacionalizou suas atividades. Desde 1991 participou ativamente e ajudou a criar a Via Campesina, uma rede global de movimentos camponeses, e se territorializou em vinte e quatro estados do Brasil, tornando-se efetivamente um movimento nacional. No entanto, ser um movimento socioterritorial camponês, lutar pela terra e pelo desenvolvimento de modos de vida camponeses, implica não só na crescente territorialização do movimento, mas também em saber transformar a luta em políticas concretas. Como tal, tem procurado estabelecer relações com partidos políticos e órgãos governamentais. Os períodos mais intensos de territorialização ocorreram durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995–2003), do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) do Partido dos Trabalhadores (PT), que vamos considerá-los com mais detalhes.

A relação do MST com Cardoso foi marcada por uma expectativa efêmera seguida de forte repressão. Ao tomar posse, Cardoso proclamou que realizaria a “maior reforma agrária do mundo” (FERNANDES 2008) e, durante seu primeiro governo (1995-1998), 300.817 famílias foram assentadas. O assentamento em terras ocupadas é um resultado importante para o MST, que demonstra sua capacidade de “conquistar” frações do território do Estado e da produção capitalista. No entanto, o governo Cardoso logo entendeu que a luta pela terra era mais ampla do que imaginara, à medida que as ocupações de terra começaram a crescer em número e decidiu criminalizar as ocupações de terras como forma de controle. O erro de estimativa do governo está no fato que acreditava que não haveria mais de 300.000 famílias sem terra, quando na verdade o MST sempre estimou que fossem cerca de 7 milhões. À medida que as ocupações de terra começaram a aumentar, o governo de Cardoso respondeu em maio de 2001 com uma “medida provisória” que criminalizou todas as pessoas envolvidas nas ocupações de terra e

defendeu os latifúndios. No segundo mandato do governo de Cardoso (1999-2003), o número de famílias assentadas foi reduzido para 163.357 e as sentenças de prisão para os camponeses sem terra aumentaram drasticamente, pondo fim abrupto à "maior reforma agrária do mundo".

Ao assumir o cargo, o presidente Lula afirmou que faria a reforma agrária “com uma canetada só”, e o número de ocupações, que haviam diminuído no segundo mandato de Fernando Henrique, começou a aumentar na esperança da reforma agrária ser realizada pelo governo Lula (FERNANDES 2013). Durante o primeiro mandato de Lula (2003-2006), 270.090 famílias foram assentadas definitivamente, incentivando novas ocupações de terra. Mesmo assim, a “medida provisória” permaneceu em vigor, constituindo uma clara barreira ao MST. Durante o segundo mandato do presidente Lula (2006-2010), o número de famílias assentadas caiu drasticamente para 107.757. Isso foi influenciado pela nova conjuntura política em que o governo Lula buscou fortalecer alianças com representantes do agronegócio (proprietários de terras, corporações nacionais e multinacionais) que tinham pouco interesse na reforma agrária. Portanto, a política hegemônica permaneceu no uso da terra para a produção de commodities e especulação, parte de uma tendência regional na produção de bens primários para exportação em massa (SVAMPA 2013). A relação do MST com o governo durante a administração subsequente do PT da presidente Dilma Rousseff (2011-2016) permaneceu tensa, com alguma continuação no assentamento de famílias (47.916), já que o governo manteve alianças com o grande agronegócio. Ao contrário do governo Fernando Henrique Cardoso, porém, o PT sempre manteve o diálogo com o MST, mesmo que não cumprisse sua promessa de concluir a reforma agrária “com uma canetada só”.

Apesar dos contratempos durante os governos PSDB e PT, o MST manteve sua autonomia e continuou a perseguir políticas públicas por meio da mobilização do território. Além do assentamento, o MST tem pressionado por várias formas de apoio do Estado, incluindo crédito financeiro, habitação, educação, saúde e assim por diante. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o MST ajudou a criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAG) e o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), além de contribuir para a implementação de programas durante o governo do PT: o Programa de Aquisição do Programa de Alimentação e Agricultura Familiar (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Agroindustrialização e Reforma Agrária nos Assentamentos (TERRA FORTE). Esses programas são todos resultados de negociações entre o MST (e outros movimentos socioterritoriais) e o Estado e representam passos cruciais para a institucionalização da reforma agrária e do modelo da “família agrícola”. Essas políticas abriram novas possibilidades para a territorialização da produção agroecológica que se tornou uma

característica central do campesinato agrícola no Brasil. A apropriação do espaço em busca de projetos políticos é essencial para a transformação da realidade e constitui a razão central para a continuidade da existência do MST, uma estratégia que pode ser vista em um contexto diferente na Argentina.

Organização de Bairro Tupac Amaru

No início do século XXI, os movimentos sociais urbanos, vinculados às questões do trabalho e da pobreza, assumiram uma importância sem precedentes na Argentina. Os chamados *piqueteros* (bloqueadores de estradas), movimentos de fábricas recuperadas e assembleias de cidadãos se multiplicaram por todo o país (SVAMPA & PEREYRA, 2003). Em 1999, a província de Jujuy, no Noroeste, uma região com desenvolvimento econômico historicamente precário e índices muito altos de pobreza, deu origem à Organização de Bairro Tupac Amaru ou OBTA (ver BATTEZZATI, 2014; MANZANO, 2015; GAONA, 2016; TORRES, 2016; 2017). A OBTA consiste em uma organização de bairro que responde coletivamente às diversas demandas de um amplo setor da população juvenil mais vulnerável.

Inicialmente, a OBTA se concentrou na solicitação de ajuda alimentar e na organização da distribuição de leite nos bairros periféricos da cidade de San Salvador de Jujuy. Em seguida, voltou-se para estratégias de criação de oportunidades de trabalho em um contexto de alto desemprego, um legado de políticas neoliberais anteriores que haviam sido implantadas em todo o país desde a década de 1970, com maior vigor na década de 1990. A crise de 2001, conhecida como *argentínazo*, foi seguida por uma subsequente mudança de governo com o centro-esquerda do Norte, ou Kirchner, vencendo as eleições presidenciais de 2003. O governo Kirchner criou novos caminhos para o financiamento de políticas públicas em resposta à trágica situação social, ao lado de um reposicionamento político e ideológico que tentou construir pontes, criar alianças e coordenar-se com algumas das organizações sociais que foram protagonistas-chave na época (BOYANOVSKY BAZ, 2010; ROSSI, 2017). Isso incluiu a OBTA, que rapidamente desenvolveu uma forte aliança com o governo nacional, adotando um modelo cooperativo e recebendo financiamento para construir moradias sociais no âmbito do Programa Habitat de Emergência.

A tentativa bem-sucedida do movimento de construir moradias, usando menos dinheiro e tempo do que originalmente esperado ou demandado, levou ao seu crescimento exponencial e sustentou a OBTA ao longo dos doze anos subsequentes. Conseguiu criar uma forte ética de trabalho a partir da qual desenvolver se traduziu na construção de seus próprios territórios: bairros residenciais com escolas próprias, centros de saúde, fábricas, centros esportivos, parques

temáticos, cinemas, centros culturais, rádios populares, e assim por diante. Essas instituições criaram milhares de oportunidades de trabalho que foram ao mesmo tempo inscritas em um “dispositivo de assistência social” (MANZANO, 2015, p. 26), dispositivo com uma base territorial clara. O exemplo mais paradigmático desse processo é o “Barrio de la Tupac” (bairro Tupac) no Alto Comedero, em San Salvador de Jujuy, onde a organização conseguiu construir 3.000 casas. Esse processo de territorialização permitiu à OBTA se apropriar de um território urbano, determinando seu uso, regras e responsabilidades e utilizando-o como base para a construção de identidade, poder e estratégia política. Podemos analisar a construção desse movimento socioterritorial nos quatro eixos.

Em primeiro lugar, a apropriação do espaço foi a característica e a estratégia definidoras da OBTA, desenvolvendo território para melhorar as condições de vida dos moradores do bairro, ao mesmo tempo em que amplia e interliga suas atividades. Através da sua capacidade de mobilizar pessoas, recursos, soluções e símbolos no território, a OBTA desenvolveu um papel central na escala provincial, atuando como sujeito político de ativação e resolução de demandas que se concentravam nos setores informais da classe trabalhadora, mas também convergindo com outros atores, como trabalhadores formais e empresas de médio porte. Sua base territorial permitiu aos integrantes da OBTA viver e atender às suas necessidades, proporcionando, por sua vez, maior visibilidade ao movimento. Além disso, a OBTA utilizava seu território como meio de reproduzir modos de convivência, distribuição e governança de práticas de troca. Por exemplo, todos os membros da OBTA participam de uma rodada de “copa de leche” (distribuição de leite) ao se afiliar à organização; todas as crianças têm acesso gratuito à escola, incluindo os níveis médio e superior, com trajetórias flexíveis, e todos que precisam de assistência médica podem obtê-la gratuitamente nos centros de atenção da organização. Os problemas, conflitos e tensões entre vizinhos nos bairros de Tupac ou entre trabalhadores da mesma cooperativa são resolvidos em assembleias, incorporando à discussão o presidente da cooperativa ou mesmo o líder da organização, Milagro Sala.

A estratégia da OBTA amplia o caso do MST, destacando o papel que o território urbano teve para muitos movimentos socioterritoriais latino-americanos no contexto da desindustrialização, neoliberalismo e reconfiguração dos movimentos sociais fora dos espaços tradicionais, por exemplo recuperar a fábrica e criar união para conquistas no território urbano (cf. SOUZA, 2015). Movimentos socioterritoriais urbanos como a OBTA surgiram em uma conjuntura histórica em que o território foi explicitamente identificado pelos ativistas como uma estratégia central para sua existência, por meio de redes de ajuda mútua e solidariedade e resistência, por meio do direcionamento de detentores de poder chave, muitas vezes usando a tática de bloqueios

de estradas, culminando na derrubada do presidente da Argentina em dezembro de 2001 (SVAMPA & PEREYRA, 2003; DELAMATA, 2005; MERKLEN, 2005). Após a eleição do presidente Kirchner em 2003, muitos movimentos socioterritoriais viram maiores oportunidades políticas em reescalonar sua estratégia em direção à exigência de bem-estar por meio de governos provinciais, financiados pelo governo central (Rossi 2017). A OBTA concentrou sua estratégia em dois programas públicos: o Programa Federal de Emergência Habitat (PEH) e, em menor escala, o Plano RemediAR (“Plano de Cura”) que havia sido criado em 2002 no contexto de uma crise sanitária nacional. O PEH está focado no financiamento da construção de moradias por meio de cooperativas de trabalho, buscando assim, ao mesmo tempo, resolver o déficit habitacional da Argentina e aumentar o emprego. O Plano RemediAR visa fornecer medicamentos essenciais para aqueles que carecem de cuidados com a saúde e estão abaixo da linha da pobreza. Em 2004, a OBTA adaptou-se a um modelo cooperativo para poder se beneficiar do PEH. Isso gerou uma profunda transformação organizacional ao reescalonar sua atividade para o nível provincial e ver um rápido crescimento de membros combinado com um influxo repentino de recursos públicos. Isso também provocou uma aliança forte e duradoura com o governo nacional de Kirchner, que gerou tensões políticas e questões de dependência com os governos provinciais e subprovinciais.

Em segundo lugar, a identidade da organização se desenvolveu por meio de sua concepção territorial: são *tupakeros* porque compartilham seu próprio espaço físico e simbólico; eles compartilham uma forma de conceber trabalho, ativismo, convivência de bairro e modelo urbano. Por meio da apropriação do espaço urbano, passaram a construir uma subjetividade alternativa, ancorada na cultura do trabalho solidário com responsabilidade e solidariedade. A característica mais conhecida da OBTA tem sido a promoção de práticas alternativas de territorialização em seus bairros que disputam o uso do solo urbano: rejeitando a especulação imobiliária e o individualismo do esquema meritocrático (neo)liberal que canaliza as possibilidades das pessoas em sua capacidade de comprar no mercado. A OBTA mobilizou uma compreensão alternativa do território urbano a partir do uso coletivo e da identidade política. Eles também são nutridos por uma forte disciplina por meio de uma organização notavelmente vertical. Embora as principais decisões e linhas de ação sejam definidas em assembleias, a voz primordial é a de suas lideranças fortes, em sua maioria mulheres indígenas. As novas subjetividades insurgentes e transformadoras da OBTA estão claramente associadas à liderança territorial situada de Milagro Sala, uma mulher Jujena pobre e indígena que foi referência por sua forte personalidade na construção uma identidade coletiva baseada em sua imagem, fortemente

enraizada em sua terra. Este pode ser um dos elementos que ajudam a explicar porque tem sido tão desafiador replicar a experiência da Jujena em outras províncias do país.

Por meio de seu ativismo territorial, a OBTA também facilitou um reposicionamento étnico, classista e de gênero de suas subjetividades políticas no contexto de uma das regiões mais pobres da Argentina, onde os valores tradicionais - elitistas e machistas - ainda são fortes. Por um lado, a OBTA incorporou o indigenismo à sua identidade, valendo-se de recursos simbólicos dos diferentes povos que fazem parte da história da população local com fortes raízes indígenas. Esta incorporação não procurou distinguir entre diferentes grupos étnicos (aymara, quechua ou guarani); em vez disso, procurou recuperar o legado indígena em termos políticos e territoriais, simbolizado na bandeira Wiphala (representando os povos nativos dos Andes) que eles usam em todos os seus eventos, mobilizações nacionais e ações locais. A territorialização da OBTA, principalmente em sua sede localizada em uma das ruas mais proeminentes de San Salvador, também permitiu que indígenas e pobres de Jujuy tivessem acesso simbólico e materialmente ao centro da cidade, tornando-os visíveis. à sociedade profissional e “alta” dos transeuntes de Jujuy. Igualmente, a OBTA considera a mulher como figura de empoderamento, tanto por meio de sua dirigente Milagro Sala, quanto por sua reconfiguração de papéis de mão-de-obra e patrão, tradicionalmente associada à masculinidade, por meio da promoção ativa de mulheres líderes e, de forma mais geral, mulheres indígenas dando ordens e sendo respeitadas. Além disso, uma diversidade de identidades de gênero é aceita e tornada visível por meio do “espaço de identidade e gênero” da OBTA, que promove a organização e mobilização da comunidade LGBTQIA+. A apropriação de um território urbano gerou, assim, um espaço no qual identidades marginalizadas podem ser reivindicadas e aprofundadas em sujeitos politizados dentro de um movimento socioterritorial.

Terceiro, com base nos (e fortalecidos pelos) dois eixos anteriores, o território da OBTA pode ser concebido como um dispositivo de produção e reprodução de processos de socialização política. Os homens e mulheres, jovens e idosos, que aderiram à OBTA não só encontraram soluções para muitas de suas demandas (por exemplo, habitação, saúde, educação e cultura), mas também aprenderam como construir valores, afetos e códigos para entender o mundo, formas de processar diferenças e disputas. Eles desenvolveram novas relações sociais, novos valores e novas formas de se conceberem como um “nós” político com forte capacidade de ação coletiva para além do cotidiano, por meio de grandes mobilizações e eventos públicos. A socialização política dos ativistas da OBTA foi uma novidade devido à sua base territorial. Após a implementação de diversas medidas neoliberais que levaram à desindustrialização e subsequente precariedade da força de trabalho local e das condições sociais (por exemplo, saúde

e educação), a organização da OBTA como um movimento socioterritorial levou a uma recuperação própria do espaço, por meio de suas moradias autoconstruídas, fábricas, escolas, rádios, cinemas, templos e outras formas urbanas. Em cada um desses espaços coletivos de trabalho, educação e lazer, a OBTA gerou novas subjetividades políticas atravessadas pela construção de poder ativada de baixo para cima, tomando ações e decisões com base em suas próprias experiências e necessidades simbólicas e materiais. Isso incluiu a construção de um parque aquático de lazer que forneceu uma forte resposta simbólica aos anos de exclusão social de crianças em situação de pobreza que de repente puderam ter acesso a uma piscina para se refrescar e se divertir nos verões escaldantes. Diante de um contexto hostil - um mercado econômico e estrutura política que sistematicamente os torna invisíveis como sujeitos de direito, os denigre como sujeitos de trabalho e os silencia como sujeitos políticos. A possibilidade de sua construção pública e política por meio de seus próprios espaços e territórios pode ser considerada o primeiro passo crucial em direção a uma nova subjetividade insurgente (cf. HOLSTON 2008) em um território redefinido e reconstruído em conflito com aqueles outros territórios de política, economia e sociedade capitalista branca.

Quarto, a territorialização da OBTA pode ser lida como um processo de institucionalização que culminou na criação, em 2013, de um partido político, o Frente Unidos y Organizados (Frente Unida e Organizada, ou FUYO), como uma nova ferramenta eleitoral. O FUYO representa um desenvolvimento estratégico crucial, visto que propõe uma transição de seu próprio território político - produzido, apropriado e controlado pela OBTA - para o território político das instituições dominantes em um regime político poliárquico. Isso marca um deslocamento do território das mobilizações, do poder popular, da ocupação de ruas e praças, da construção de bairros, escolas e fábricas com regras de funcionamento e diretrizes de troca construídas por sua própria organização, para o espaço de representação eleitoral com lógicas e regras próprias. Conforme elaborado em outro lugar (TORRES, 2019), a base de legitimidade e acumulação política que foi expressa no FUYO deriva do ativismo territorial da OBTA, e este processo de institucionalização formal baseou-se inteiramente no “sucesso” de seu próprio território. Dada a forte dependência do governo nacional de Kirchner para sua territorialização em Jujuy, no entanto, a OBTA ficou vulnerável quando o direitista Mauricio Macri conquistou a presidência em 2015.

Durante os anos Kirchner (2003-2015), o governo central forneceu apoio político e financeiro constante à OBTA, permitindo-lhe crescer rapidamente e consolidar a sua organização territorial, gerando eventualmente a capacidade de lançar um partido político. A eleição do presidente Macri, no final de 2015, abriu um período de desterritorialização da OBTA, em grande

parte devido às medidas políticas tomadas pelo novo governo provincial liderado por Gerardo Morales. Desde 2015, todos as principais lideranças do OBTA, incluindo Milagro Sala, foram rapidamente presas sob a acusação de corrupção e peculato, em procedimentos judiciais duvidosos e cheios de irregularidades. As instituições territoriais construídas pela OBTA foram gradualmente desmontadas, incluindo suas escolas, fábricas, ramos locais e estrutura de partidos políticos, minando assim a estratégia, identidade e socialização política da organização. A facilidade com que a OBTA foi desterritorializado é um sintoma da forte dependência de seu projeto político com relação ao governo nacional que o levou a uma perda de autonomia e independência, pois contava com o apoio financeiro, político e legal do Estado que os garantia poder e legitimidade durante os anos Kirchner.

Ao analisar os sucessos de movimentos socioterritoriais, portanto, é importante prestar atenção às formas como suas práticas e modalidades são institucionalizadas, particularmente em relação ao Estado. Talvez, então, a forma institucional (informal) mais importante seja o território diretamente apropriado e construído pelos movimentos socioterritoriais que dá durabilidade e solidez às construções coletivas transformadoras. Ainda assim, as relações de poder que definem e apoiam a territorialização dos movimentos socioterritoriais podem ser altamente dependentes e dinâmicas e requerem atenção crítica de acadêmicos e militantes.

Conclusão

Este artigo argumentou que o movimento socioterritorial é um conceito qualitativamente diferente daqueles de movimento social e movimento socioespacial e forneceu uma estrutura analítica que extrai características-chave e dilemas. Seguindo Fernandes (2005), argumentamos que uma análise do movimento socioterritorial é inevitavelmente uma tentativa multidimensional ampliada de compreensão dos movimentos sociais e é importante trabalhar em toda a nossa matriz elaborada na Figura 1, incorporando percepções do movimento social e análises do movimento socioespacial. Para análise do movimento socioterritorial é necessário um conjunto de dimensões que são cruciais para a sua compreensão, que sem esse conjunto o movimento seria mal compreendido. Procuramos levar adiante o trabalho anterior de Fernandes, 2005 fornecendo uma estrutura analítica que facilitará outros interessados em seguir a abordagem. Além disso, ao incorporar o caso da OBTA, demonstramos a relevância do conceito de momentos socioterritoriais para o ativismo urbano, indo além do caso arquetípico das ocupações de terras camponesas. A partir dessa base, propomos o movimento socioterritorial como um conceito aberto e expansivo e indicamos uma análise comparativa adicional para testar e modificar a

estrutura proposta. Sugerimos que nossa abordagem pode ajudar a chamar a atenção para uma estratégia central dos movimentos sociais em todo o mundo, ao mesmo tempo que demonstra a riqueza dos debates latino-americanos para geógrafos que trabalham em um contexto anglófono. As razões específicas pelas quais o território é mobilizado por movimentos sociais dependerão de seu contexto histórico e geográfico, mas, como a forma crucial para realizar as relações de poder no espaço (RAFFESTIN, 1980), esperamos ver uma diversidade de estudos de caso, cada um com seu próprio conjunto de oportunidades e dilemas.

Um dilema central para os movimentos socioterritoriais identificados neste artigo é a ameaça e a oportunidade de institucionalização, que entendemos aqui como a territorialização de um conjunto de práticas e infraestruturas que sustentam um movimento. A territorialização gera os recursos simbólicos e materiais fornecidos para sustentar o poder autônomo de um movimento socioterritorial (ZIBECHI, 2012; ROUTLEDGE, 2015). A territorialidade e as relações de poder associado a um movimento socioterritorial não são externos a outros projetos políticos, mas relacionam-se a territorialidades sobrepostas e concorrentes. A territorialização dos movimentos muitas vezes implica a desterritorialização de projetos políticos hegemônicos, o que torna a negociação inevitável, como observada Ulloa (2011) ao descrever a “autonomia relacional” das comunidades indígenas que se cruzam com outras territorialidades (por exemplo, paramilitares, organizações não governantes, guerrilhas) De importância central é a relação entre um movimento socioterritorial e o Estado (em várias escalas de governo) devido à dependência mútua ou antagonismo que pode surgir quando um movimento atinge um tamanho e escala suficientes para reivindicar e propor recursos políticos. Nesse contexto, os movimentos socioterritoriais têm que tomar as decisões sobre sua relação com o Estado, um dilema que veio à tona durante a virada à esquerda na América Latina na primeira década e meia deste século.

Por um lado, tem havido um movimento de incorporação de movimentos socioterritoriais que definiram as novas “questões sociais” América Latina, com base na tentativa de incluir setores marginalizados da sociedade (pobres, indígenas, sem terra) dentro das estruturas do Estado (ROSSI, 2017; SILVA E ROSSI, 2018). Esta incorporação emergiu do encontro de demandas de baixo para cima pelo reconhecimento formal e assistência para grupos marginalizados que se mobilizaram dentro e através do território como meio de sobrevivência e da necessidade de cima para baixo de legitimidade democrática de presidentes de centro-esquerda e partidos políticos, especialmente no contexto da descentralização política. A OBTA é um exemplo claro dessa tendência e demonstra a capacidade dos movimentos socioterritoriais de se mobilizarem no contexto de uma aliança com um governo progressista. No entanto, embora sua incorporação ao governo Kirchner trouxesse apoio material e político para a OBTA, também

levou a uma forte dependência que empurrou o movimento para a crise após a eleição de 2015 do Presidente Macri.

Por outro lado, tem havido preocupações de como às políticas públicas enfraquecem a autonomia dos movimentos socioterritoriais e mina sua capacidade de se apropriar do território em busca de seus projetos políticos (ZIBECHI, 2012). Nesse sentido, o MST apresenta um caso interessante, mas complexo de movimento socioterritorial que experimentou relações estreitas com o Estado (principalmente nos primeiros anos de Lula), mas conseguiu manter sua autonomia, criando suas próprias conjunturas com apoiadores, alianças políticas, mas nunca entrando formalmente no governo. Embora isso impusesse um limite ao apoio material e político fornecido pelo Estado brasileiro, o tamanho do MST significava que ele era capaz de continuar pressionando por políticas públicas por meio de suas ocupações de terras. Desde que o presidente Temer assumiu a presidência em 2016, o Brasil testemunhou uma união de forças do latifúndio e do agronegócio (conhecido como binômio latifúndio - agronegócio) que levou a uma intensificação da grilagem de terras, altamente enredada nas forças da globalização do capitalismo. O MST também pode ser entendido no contexto do que Svampa (2013) chamou de “virada eco-territorial” em movimentos que se mobilizaram em oposição ao neoextrativismo, política que sustentou grande parte do governo latino-americano progressista (GUDYNAS, 2011) e que desde então tem se aprofundado (SVAMPA, 2017).

Os movimentos socioterritoriais são processos dinâmicos que podem se territorializar, ser desterritorializado e se reterritorializar por meio de seus projetos políticos, dependendo das mudanças nas conjunturas políticas multiescalares em que se encontram. Como tal, a mobilização do território nunca ocorre no vácuo, mas desdobra-se no contexto de “configurações territoriais” já existentes (Santos, 1996) de projetos políticos historicamente estratificados. Analisar as estratégias, identidades, socialização política e institucionalização dos movimentos socioterritoriais exige, portanto, uma leitura geográfica e histórica atenta dos estudos de caso que devem evitar análises estáticas ou monodimensionais. Nesse espírito, convidamos as pessoas que estudam e ou atuam nos movimentos socioterritoriais que contribuam com mais análises comparativas dos movimentos socioterritoriais em todo o mundo para criticar, modificar e expandir a estrutura proposta aqui, por sua vez, gerando mais insights sobre as oportunidades e dilemas enfrentados pelos movimentos socioterritoriais.

Financiamento

Sam Halvorsen agradece o financiamento da Leverhulme Trust (ECF-2016-301) que tornou esta pesquisa possível.

Referências

- AGNEW, J.; OSLENDER, U. Territorialities, sovereignty in dispute: Empirical lessons from Latin America. Spaces of contention: Spatialities and social movements. Nicholls, W.; Miller, B.; Beaumont, J. (Org.). Farnham, UK: Ashgate, 2013, p.121–40.
- BATTEZZATI, S. La tupac amaru: Movilización, organización interna y alianza con el kirchnerismo (2003–2011). **Población & Sociedad**, v. 21, n. 1, p. 5–32, 2014.
- BOYANOVSKY BAZAN, C. **El aluvión del piquete al gobierno**. Movimientos sociales y kirchnerismo. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.
- BRADFORD, S.; ROCHA, J. **Cutting the wire**: The story of the landless movement in Brazil. London: Latin America Bureau. 2002.
- BRYAN, J. Rethinking territory: Social justice and neoliberalism in Latin America's territorial turn. **Geography Compass**, v. 6, n. 4, p.215–26, 2012.
- CARTER, M. **Challenging social inequality**. Durham, NC: Duke University Press, 2015.
- CASTELLS, M. **The city and the grassroots**: A cross-cultural theory of urban social movements. London: Edward Arnold, 1983.
- CASTELLS, M. **Networks of outrage and hope**: Social movements in the Internet age. Cambridge, UK: Polity, 2012.
- CHATTERTON, P. Making autonomous geographies: Argentina's popular uprising and the "Movimiento de Trabajadores Desocupados". **Geoforum**, v. 36, n. 5, p.545–61, 2005.
- CLARE, N.; HABERMEHI, V.; MASON-DEESE, L. Territories in contestation: Relational power in Latin America. *Territory, Politics, Governance*, v. 6, n. 3, p. 302–21, 2018.
- COX, K. R. The politics of turf and the question of class. WOLCH, J.; DEAR, M. (Org.). **The power of geography**: How territory shapes social life. Boston: Unwin Hyman, 1989, p. 61–86.
- DELAMATA, G. **Ciudadanía y territorio**: Las relaciones políticas de las nuevas identidades sociales. Buenos Aires: Espacio, 2005.
- DELLA PORTA, D. et al. **Movement parties against austerity**. Cambridge, UK: Polity, 2017.
- DINERSTEIN, A. C. **The politics of autonomy in Latin America**. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2015.
- ELDEN, S. **The birth of territory**. London: University of Chicago Press, 2013.
- ESCOBAR, A. **Territories of difference: Place, movements, life, redes**. London: Duke University Press, 2008.
- FEATHERSTONE, D. **Resistance, space and political identity**: The making of counter-global networks. Oxford, UK: Wiley-Blackwell, 2008.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Editora Vozes: Petrópolis, 2000a.

FERNANDES, B. M. Movimento Social como Categoria Geográfica. *Terra Livre*, v. 15, p. 59–85, 2000b.

FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*, ano 8, n. 6, p. 14–34, 2005.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In *Luta pela terra, Reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p.173–224.

FERNANDES, B. M. **Sobre a Tipologia de Territórios**. In *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular. 2009, p.35–71.

FERNANDES, B. M. A reforma agrária que Lula fez e a que pode ser feita. SADER, E. (Org.). **10 Anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, Flacso Brasil, 2013, p. 191–206.

FERNANDES, B. M.; MARTIN, J. Y. Movimento Socioterritorial e Globalização: Algumas reflexões a partir do caso do MST. *Lutas Sociais* (PUCSP), p. 12:61, 2004.

FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P. **Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

GAONA, M. **Experiencia, ciudad e identidad en torno a la organizacion barrial Tupac Amaru de San Salvador de Jujuy**. Doctoral thesis, Facultad de Periodismo y Comunicacion Social, UNLP, 2016. Accessed April 10, 2018. <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/52003>.

GARMANY, J. The spaces of social movements: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra from a sociospatial perspective. *Space and Polity*, v. 12, n. 3, p. 311–28, 2008.

GIRARDI, E. et al. **Relatório DATALUTA Brasil 2016**. Presidente Prudente NERA, 2017.

GLASSMAN, J. From Seattle (and Ubon) to Bangkok: The scales of resistance to corporate globalization. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 20, n. 5, p. 513–33, 2002.

GOODWIN, J.; JASPER, J. M. **The social movement reader: Cases and concepts**. Oxford, UK: Wiley- Blackwell, 2009.

GOODWIN, J.; JASPER, J. M.; POLLETTA, F. **Passionate politics: Emotions and social movements**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

GUDYNAS, E. **El Nuevo extractivismo progresista en America del Sur: Tesis sobre un viejo problema bajo nuevas expresiones**. In *Colonialismos del siglo XXI: Negocios extractivos y defensa del territorio en América*. In A. Acosta, E. Gudynas, D. Houtard, H. R. Soler, J. M. Alier, and L. Macas. Barcelona: Icaria Editorial, 2011, p. 75–92.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALVORSEN, S. Spatial dialectics and the geography of social movements: The case of Occupy London. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 42, n. 3, p. 445–57, 2017.

HALVORSEN, S. **Decolonising territory**: Dialogues with Latin American knowledges and grassroots politics. *Progress in Human Geography*, 2018.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multitude**: War and democracy in the age of empire. London: Penguin, 2004.

HART, G. Relational comparison revisited: Marxist postcolonial geographies in practice. **Progress in Human Geography**, v. 42, n. 3, p. 371–94, 2018.

HESKETH, C. The clash of spatializations: Geopolitics and class struggles. In southern Mexico. **Latin American Perspectives**, v. 191, n. 40, p. 70–87, 2013.

HOLLOWAY, J. **Change the world without taking power**. London: Pluto, 2002.

HOLSTON, J. **Insurgent citizenship**: Disjunctions of democracy and modernity in Brazil. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008.

INCE, A. In the shell of the old: Anarchist geographies of territorialisation. **Antipode**, v, 44, n. 5, p. 1645–66, 2012.

JURIS, J. S. **Networking futures**: The movements against corporate globalization. Durham, NC: Duke University Press, 2008.

KEITH, M.; PILE, S. **Place and the politics of identity**. London and New York: Routledge, 1993.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 1991.

LEITNER, H.; SHEPPARD, E.; SZIARTO, M. The spatialities of contentious politics. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 33, n. 2, p. 157–72, 2012.

MANZANAL, M. Territorio, poder e instituciones: una perspectiva critica sobre la produccion del territorio: Actores, tramas y gobiernos: entre la cooperacion y el conflict. MANZANAL, M.; ARZENO, M.; NUSSBAUMER, B. (Org.). Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2007.

MANZANO, V. Lugar, trabajo y bienestar: la organizacion barrial Tupac Amaru en clave de politica relacional. **Publicar**, v. 18, n. 19, p. 9–35, 2015.

MARTIN, D. G. “Place-framing” as place-making: Constituting a neighborhood for organizing activism. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 93, n. 3, p. 730–50, 2003.

MASSEY, D. A global sense of place. **Marxism Today**, n. 38 (June), p. 24–29, 1991.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of contention**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2001.

MELUCCI, A. The new social movements: A theoretical approach. *Social Science Information*, v. 19, n. 2, p.199–226, 1980.

MERKLEN, D. **Pobres ciudadanos: Las clases populares en la era democratica (Argentina 1983–2003)**. Buenos Aires: Editorial Gorla, 2005.

MILLER, B. A. **Geography and social movements**: Comparing antinuclear activism in the Boston area. London: University of Minnesota Press, 2000.

MILLER, B. A.; MARTIN, D. G. Missing geography: Social movements on the head of a pin? MILLER, B. A. (Org.). **Geography and social movements**: Comparing antinuclear activism in the Boston area. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000, p. 1–38.

NICHOLLS, W. Place, networks, space: Theorising the geographies of social movements. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 34, n. 1, p. 78-93, 2009.

NICHOLLS, W.; MILLER, B.; BEAUMONT, J. **Spaces of contention**: Spatialities and social movements. Farnham, UK: Ashgate, 2013

RAFFESTIN, C. **Pour une géographie du pouvoir [For a geography of power]**. Paris: LITEC, 1980.

ROBINSON, J. Thinking cities through elsewhere: Comparative tactics for a more global urban studies. **Progress in Human Geography**, v, 40, n. 1, p. 3–29, 2016.

ROSSI, F. M. **The poor's struggle for political incorporation**: The piquetero movement in Argentina. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2017.

ROUTLEDGE, P. **Terrains of resistance**: Nonviolent social movements and the contestation of place in India. Westport, CT: Praeger, 1993.

ROUTLEDGE, P. **Convergence space**: Process geographies of grassroots globalization networks. *Transactions of the Institute of British Geographers* 28 (3), 2003, p. 333–49.

ROUTLEDGE, P. **Territorialising movement: The politics of land occupation in Bangladesh**. *Transactions of the Institute for British Geographers* 40 (4), 2015, p. 445–63.

ROUTLEDGE, P. **Space invaders**: Radical geographies of protest. London: Pluto, 2017.

ROUTLEDGE, P.; CUMBERS, A. **Global justice net-works**: Geographies of transnational solidarity. Manchester, UK: Palgrave Macmillan, 2009.

SANDOVAL, M. F. L.; ROBERTSDOTTER, A.; PAREDES, M. Space, power and locality: The contemporary use of territorio in Latin American geography. **Journal of Latin American Geography**, v. 16, n. 1, p. 43–67, 2017.

SANTOS, M. O retorno do território. In: **Território, Globalização e fragmentação**. 15–20. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 15-20.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, P. Territorio y enfoque territorial: De las referencias cognitivas a los aportes aplicados al analisis de los procesos sociales rurales. MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. **Desarrollo rural**: Organizaciones, instituciones y territorios. Buenos Aires: CICCUS, 2006, p. 71-102.

SCHWARZ, A.; STREULE, M. A transposition of territory: Decolonized perspectives in current urban research. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 40, n. 5, p. 1000–1016, 2016.

SILVA, E.; ROSSI, F. **Reshaping the political arena in Latin America**: From resisting neoliberalism to the second incorporation. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 2018.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORREA, R. L. (Org). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77–116.

SOUZA, M. L. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**: escritos de divulgação científica e análise política. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

STEINBERG, P. E. 1994. Territorial formation on the margin: Urban anti-planning in Brooklyn. **Political Geography**, v.13, n. 5, p. 461–76, 1994.

SVAMPA, M. **Consenso de los commodities y lenguajes de valorización en América Latina [Consensus of the commodities and languages of valorization in Latin America]**. Nueva Sociedad 244, 2013, p.30–46.

SVAMPA, M. **Del cambio de época al fin del ciclo**: gobiernos progresistas, extractivismo y movimientos sociales en América Latina. Buenos Aires: Edhasa, 2017.

SVAMPA, M.; PEREYRA, S. **Entre la ruta y el barrio**: La experiencia de las organizaciones piqueteras. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2003.

TARROW, S. **Power in movement**: Social movements and contentious politics. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1998.

TORRES, F. Henri Lefebvre y el espacio social: Aportes para analizar procesos de institucionalización de movimientos sociales en América Latina. **Sociologías**, v. 18, n. 43, p. 240–70. 2016.

TORRES, F. Estado y movimientos sociales: Disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru–Jujuy-Argentina. **Revista NERA**, ano 20, n. 39, p. 86–100, 2017. DOI: [10.47946/rnera.v0i39.3893](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i39.3893)

TORRES, F. Proceso de territorialización de la Organización Barrial Tupac Amaru: Cooperativas, barrio y política. **Estudios Socioterritoriales**, v. 25, 2019.

ULLOA, A. The politics of autonomy of indigenous peoples of the Sierra Nevada de Santa Marta, Colombia: A process of relational indigenous autonomy. **Latin American and Caribbean Ethnic Studies**, v. 6, n. 1, p. 79–107, 2011.

WOLFORD, W. This land is ours now: Spatial imaginaries and the struggle for land in Brazil. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 94, n. 2, p. 409–24, 2004.

WOLFORD, W. **This land is ours now**: Social mobilization and the meanings of land in Brazil. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

ZIBECHI, R. **Dispersing power**: Social movements as anti-state forces. Edinburgh, UK: AK Press, 2010.

ZIBECHI, R. **Territories in resistance**: A cartography of Latin American social movements. Oakland, CA: AK Press, 2012.

Sam Halvorsen – é professor na School of Geography at Queen Mary University of London. Seus interesses de pesquisa incluem o papel do território nos movimentos sociais e partidos políticos, com ênfase particular na América Latina. **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0001-8215-6946>

Bernardo Mançano Fernandes – graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado pelo Institute for the Study of Latin America and Caribbean, University of South Florida. Livre-docente pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), DO Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da UNESP. **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0001-6521-8949>

Fernanda Valeria Torres – é professora no Departamento de Sociologia na Universidad Nacional de La Plata e pesquisadora do CONICET. Seus interesses de pesquisa incluem os processos territoriais de movimentos sociais urbanos e organizações sociais e como esses processos afetam sua institucionalização política de uma perspectiva espacial e sociopolítica. **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0000-0002-0974>

Como citar este artigo

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano. TORRES, Fernanda Valeria. Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 24-53, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e desenvolvimento, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. **Sam Halvorsen** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; **Bernardo Mançano Fernandes** trabalhou na pesquisa e redação sobre a parte referente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; e **Fernanda Valeria Torres** na pesquisa e redação sobre a parte referente à Organização de Bairro Tupac Amaru. Ainda **Bernardo Mançano Fernandes** foi responsável pela tradução do artigo.

Recebido para publicação em 15 de junho de 2020.
Devolvido para a revisão em 29 de agosto de 2020.
Aceito para a publicação em 30 de janeiro de 2021.
